

RESOLUÇÃO

AUMENTAR OS SALÁRIOS – DEFENDER A CONTRATAÇÃO COLECTIVA E OS DIREITOS SOCIAIS LUTAR POR UMA ALTERNATIVA POLÍTICA, DE ESQUERDA E SOBERANA

Portugal encontra-se hoje numa situação insustentável, decorrente da política de sucessivos governos, dos *programas de estabilidade e crescimento e do programa de agressão/memorando de entendimento*. A presente legislatura fica marcada pela acção do Governo do PSD/CDS-PP que, com a conivência do Presidente da República, aprofundou a submissão dos interesses nacionais e os destinos do povo aos objectivos do capital económico e financeiro, desferindo ataques sem precedentes aos direitos laborais, sociais e económicos dos portugueses, por via de uma política infame que nos condena à estagnação e hipoteca o nosso futuro, que aumenta a exploração e o empobrecimento, que aprofunda as desigualdades e as injustiças sociais.

O 8º orçamento rectificativo (o 2º rectificativo em 2014) confirma que a economia continua em estagnação, após o recuo de quase uma década na riqueza produzida. A evolução negativa do PIB não pode ser desligada da queda brutal do poder de compra, da diminuição da produção industrial e do investimento, factores que não dão sinais de recuperação e contribuem decisivamente para o definhamento do mercado interno, enquanto a balança de bens transaccionáveis tornou a agravar-se. Com esta política, Portugal afasta-se cada vez mais da média de crescimento verificada no conjunto da UE.

Os problemas do país agravaram-se em resultado das medidas recessivas, da destruição dos sectores produtivos, das privatizações, da especulação financeira e de outras medidas que têm o objectivo de acelerar a centralização e concentração do capital, em detrimento da produção real, das necessidades do país, das condições de trabalho e da vida do povo. Os dados relativos à execução orçamental dos primeiros sete meses deste ano evidenciam que se mantém a degradação da situação económica, com impacto no aumento do défice, o qual, por sua vez, está associado ao aumento da dívida que subiu para 134% do PIB, e do aumento dos juros respectivos, cujo montante excede a despesa com o Serviço Nacional de Saúde. Acresce o facto de os efeitos do escândalo do BES ainda não estarem reflectidos nas Contas Nacionais.

Um país que não cresce economicamente não se desenvolve, não cria emprego nem permite uma vida decente para o seu povo. O desemprego continua a ser um flagelo que o Governo não consegue esconder, mesmo quando deixa de fora centenas de milhar de trabalhadores (os que estão inactivos, mas disponíveis para trabalhar; os que estão na situação de subemprego; os que emigraram, etc.). As chamadas medidas activas de emprego, são meros expedientes para subsidiar empresas que “apostam” em trabalhos precários e mal pagos (ex: “estímulo emprego”), assumindo-se ainda como antecâmaras para novos despedimentos; Tais medidas, em alguns casos, visam ainda substituir verdadeiros postos de trabalho que, assim, deixam de ser criados, para fugir ao pagamento de salários (ex: o recurso aos contratos “emprego-inserção” na Administração Pública e economia social).

A realidade do desemprego em Portugal apresenta, pois, uma taxa real próxima dos 23%, uma das mais elevadas de entre os países da UE. Num quadro em que o desemprego de longa duração atinge cerca de 67% dos desempregados e o desemprego juvenil 36,5%, a maioria dos desempregados não tem acesso a qualquer prestação de desemprego e a emigração, nomeadamente dos jovens, não pára de aumentar.

A política de exploração e empobrecimento que o governo do PSD/CDS tem perseguido e aprofundado, embora tendo como objectivos centrais a redução dos custos do trabalho, um brutal agravamento da fiscalidade sobre os rendimentos do trabalho e das pensões e o enfraquecimento ou anulação dos direitos, individuais e colectivos, dos trabalhadores, visa o ataque mais geral ao próprio conceito de *trabalho*, enquanto elemento essencial da vida das pessoas e, nesse sentido, constitui um ataque que é acompanhado de uma intensa campanha ideológica que procura impor a ideia que o trabalho representa um mero custo para as empresas e que os direitos dos trabalhadores constituem privilégios e regalias a abater. Simultaneamente, o Governo tem procurado diminuir a capacidade de intervenção e de luta dos trabalhadores, fragilizar a intervenção dos sindicatos e, conseqüentemente, alterar ainda mais a relação de forças a favor do patronato.

As sucessivas revisões do Código de Trabalho e as alterações na legislação do sector público, com a aprovação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, têm o mesmo objectivo de “harmonizar” as condições de trabalho de todos os trabalhadores portugueses pelos mais baixos níveis que for possível nos salários, nos direitos laborais e na protecção social. São exemplos recentes dessas alterações: a redução dos prazos de caducidade e sobrevida das convenções colectivas e a possibilidade de suspensão da própria convenção; a facilitação dos despedimentos e diminuição das indemnizações; o prolongamento do período de redução do valor pago pela prestação de trabalho extraordinário; as limitações impostas à emissão das portarias de extensão; os cortes salariais e a revisão dos suplementos remuneratórios dos trabalhadores da Administração Pública, visando o congelamento, a diminuição ou mesmo eliminação de subsídios; a imposição da tabela salarial única e o congelamento de carreiras e progressões; o aumento dos horários e a redução dos tempos de descanso, entre muitas outras malfetorias, que constituem aspectos centrais da política de direita, orientada para o desemprego massivo, a precarização do emprego, o embaratecimento do custo do trabalho, a intensificação dos ritmos de trabalho, a ineficácia da contratação colectiva, a par da ausência de meios para uma efectiva fiscalização das condições em que é prestado o trabalho.

No quadro da brutal ofensiva contra os trabalhadores e o povo, o Governo persiste na fúria privatizadora de empresas públicas com os processos em curso nos CTT, EGF, Metro do Porto e STCP, e no anúncio em outras empresas do sector dos transportes (Carris, Metro Lisboa, CP, CP/Carga, Emef, Refer, Soflusa e Transtejo), assim como na tentativa do desmantelamento das Funções Sociais do Estado e dos serviços públicos.

O Serviço Nacional de Saúde tem sido fortemente atingido, tanto com sucessivas reduções do seu financiamento, que têm tido impactos graves na saúde e na vida das pessoas, como pela imposição de um processo de dualização do sistema de saúde que reforça a perspectiva de um SNS orientado para os pobres e um outro sistema para quem pode pagar, assente na promoção e financiamento do Estado ao sector privado. O mesmo objectivo privatizador do Governo é prosseguido na área da educação, onde os cortes orçamentais visam e estão a dificultar o normal funcionamento da Escola Pública, da Educação Pré-Escolar ao Ensino Superior, podendo pôr em causa o ensino público gratuito para as crianças e jovens, designadamente ao longo de toda a escolaridade obrigatória e tornar ainda mais frágeis as medidas de acção social escolar dirigidas aos oriundos de famílias de menores rendimentos. A disseminação de escolas privadas com financiamento do Estado, assim como outras medidas que mais não visam que criar escolas públicas em regime de PPP, como os “novos contratos de associação”, a introdução do “cheque ensino”, ou as “escolas independentes”, são exemplos que mostram que por detrás de uma pretensa “liberdade de escolha”, o que o Governo quer esconder é a pretensão de fazer recuar a escola a um modelo semelhante ao que vigorava antes do 25 de Abril, uma escola elitista, não democrática, potenciadora de desigualdades sociais. No Ensino Superior e Investigação, os cortes efectuados nos últimos anos e os anunciados para 2015, inserem-se nessa política de fragilização das respostas públicas, neste caso, da Escola Pública.

A segurança social foi profundamente enfraquecida a partir de meados de 2010, com a publicação do diploma que veio fixar regras mais restritivas para determinação da condição de recursos para acesso a prestações e a apoios não contributivos, sofreu depois várias alterações legislativas, cujo impacto foi brutal: a redução da despesa com pensões no sistema previdencial; o declínio na cobertura e no grau de protecção do subsídio de desemprego; a redução do valor do subsídio de doença; a diminuição drástica do número de beneficiários nas prestações familiares, no rendimento social de inserção e no complemento solidário para idosos. As consequências da política de direita reflectem-se no agravamento dos problemas sociais, no alastramento da pobreza, da miséria e da exclusão social.

Esta política que favorece os interesses do capital e ataca a CRP precisa de ser travada urgentemente. A intensificação da acção e a luta reivindicativa nos locais de trabalho, em articulação com a luta do povo português, é decisiva para a construção de uma política alternativa.

Uma política de Esquerda e Soberana que tenha como vectores principais:

- ◆ A renegociação da dívida pública, para libertar recursos necessários ao desenvolvimento do país, obtendo as condições necessárias de financiamento do Estado e da economia; o aumento da produção nacional;
- ◆ O fim das privatizações e a recuperação para o Estado de empresas e sectores estratégicos. A melhoria da eficiência produtiva para defender e criar mais postos de trabalho, a valorização do trabalho e a criação de emprego de qualidade;
- ◆ Uma redistribuição mais justa do rendimento para melhorar o poder de compra e reduzir as desigualdades sociais.

Neste quadro, o Plenário de Sindicatos, reunido em 11 de Setembro de 2014, decide:

- **Ratificar a Plataforma Reivindicativa** aprovada no último Conselho Nacional, assumindo o compromisso de intensificar a acção e a luta nas empresas e nos locais de trabalho, pelos **seguintes objectivos reivindicativos imediatos**:
 - **Aumento dos salários** em, pelo menos, 3%. Esta referência para a contratação colectiva deve ser articulada com as reivindicações directas nas empresas e sectores, de forma a garantir um aumento para todos os trabalhadores nunca inferior a 30 euros/mês; na Administração Pública exige-se, ainda, a reposição dos valores cortados desde 2011;
 - **Actualização do salário mínimo nacional** (aumento para 515 euros, com efeitos a 1 de Junho deste ano; 540 euros a partir de 1 de Janeiro de 2015; evolução progressiva para atingir os 600 euros no início de 2016);
 - **Repor as 35 horas de trabalho semanal** para os trabalhadores da Administração Pública (e publicação dos ACEEP já assinados), bem como a redução progressiva de horários superiores, sem diminuição de salário, para os outros sectores de actividade;
 - **Exercer o direito efectivo de negociação colectiva** com vista a desbloquear a contratação e encontrar soluções para os conflitos existentes. A luta pela contratação colectiva é indissociável da articulação com a luta reivindicativa nas empresas e serviços, por melhores condições de trabalho e de vida e a exigência da publicação de portarias de extensão das convenções colectivas, cuja larga maioria está suspensa desde 2011.
- **Dinamizar a Acção Sindical Integrada** em toda a estrutura sindical, através da discussão, acção e concretização da luta reivindicativa dirigida para a efectivação do direito de negociação e contratação colectiva e as reivindicações directas nas empresas e locais de trabalho, em articulação com o reforço da organização de base e a sindicalização;
- **Realizar uma Quinzena de acções de informação, reivindicação e lutas, de 23 de Setembro a 5 de Outubro**, nos locais de trabalho do sector público, privado e empresarial do Estado, pelo aumento dos salários, pelo emprego, pela defesa dos horários e reposição dos feriados roubados, pelo combate à precariedade, pela efectivação dos direitos, incluindo a concretização do direito de negociação e contratação colectiva, pela defesa dos serviços públicos e das funções sociais do Estado (Educação, Saúde e Segurança Social);
- **Comemorar o 44º Aniversário da CGTP-IN, em 1 de Outubro, sob o lema “Valores e Direitos de Abril no Futuro de Portugal”,** integrando o conjunto das iniciativas associadas às comemorações no âmbito da *Quinzena de Lutas*, conjugando essas iniciativas com a realização de acções de luta pela melhoria das condições de vida e de trabalho, defesa dos direitos e da contratação colectiva;
- **Apelar à participação na sessão pública de apresentação do livro editado pelo Movimento Sindical Unitário “CGTP-IN – 43 Anos a construir a igualdade entre mulheres e homens”,** a efectuar no dia 25 de Setembro, em Lisboa, e em outras regiões, em data a anunciar oportunamente.